

# Plebiscito esconde interesses

## O referendo, segundo Cabral, é estratégia de quem não tem votos



Bernardo Cabral acha que o plebiscito retira o poder constituinte dos parlamentares

MARIA LIMA  
Da Editoria de Política

A tese do plebiscito para referendar a Constituição, ou apenas parte dela, surge ou é esquecida entre os constituintes de acordo com a evolução dos interesses de cada um. O movimento começou com o governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro, enquanto crescia na Constituinte a tendência pró-parlamentarismo. No caso do governador, o plebiscito foi defendido somente para definir o sistema de governo. O presidente José Sarney engrossou a corrente ao propor então um referendo popular sobre toda a Carta, mas ele percebeu a tempo que em troca do presidencialismo poderia perder parte do seu mandato retirado pelo povo na consulta, e recuou.

Depois da aprovação pela Comissão de Sistematização do parlamentarismo com 4 anos de mandato para o presidente José Sarney, volta à tona a tese da consulta popular especificamente para a definição do sistema de governo, desta vez, levantada pelo virtual candidato à presidência da República, o governador Orestes Quércia. E agora, com a vitória do bloco denominado Centrão, que defende em sua maioria o presidencialismo com mandato de 5 anos para o presidente Sarney, a questão do plebiscito será novamente sepultada?

Até mesmo entre parlamentaristas — hoje convocados — como o senador José Richa (PMDB-PR), existe uma grande incoerência em relação à conveniência da realização de um plebiscito sobre a futura Constituição. No mês de julho deste ano, quando ainda não havia aderido ao movimento parlamentarista na Constituinte e ainda defendia mandato de 5 anos para o presidente Sarney, Richa se declarava favorável à consulta popular sobre os temas mais polêmicos, principalmente para a escolha do sistema de governo, frisando sempre que esta consulta deveria se realizar antes de o projeto seguir para o plenário.

Passados apenas 4 meses, muita coisa mudou, tanto no discurso quanto na postura de Richa frente à questão do sistema de governo e plebiscito. Naquela época ele dizia: "É uma temeridade aprovar o parlamentarismo, como é a tendência da Constituinte, sem antes saber se o povo está de acordo". Hoje, já na posição de líder no movimento parlamentarista, o mesmo José Richa rejeita a tese do plebiscito até mesmo após a promulgação da nova Carta. De acordo com depoimento do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), presidente da Frente Parlamentarista na Constituinte, seu companheiro no movimento José Richa só admite a consulta popular sobre sistema de governo depois de 5 anos de implantação do novo sistema.

Fazer um plebiscito agora sobre sistema de governo é uma injustiça con-

tra o parlamentarismo. O povo só poderá julgar parcialmente depois que tiver conhecimento da diferença entre os dois regimes. E claro que hoje os brasileiros votariam favoravelmente ao presidencialismo, que chegou no Brasil há 98 anos — argumenta Nelson Carneiro.

Como líder do governo na Constituinte, o deputado Carlos Sant'Anna hoje, esportivamente, seria favorável a uma consulta popular para reverter o parlamentarismo aprovado na Sistematização para o presidencialismo defendido com todas as armas pelo presidente José Sarney. Mas convenientemente, em agosto de 1987, foi um dos responsáveis pelo arquivamento de dois projetos de Resolução propondo plebiscito encaminhados à Comissão de Sistematização.

Os dois projetos em questão foram encaminhados pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, e pelo deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), e propunham a realização de plebiscito, logo após a votação pela Constituinte do projeto de Constituição, para a definição do sistema de governo e duração do mandato presidencial. Sequer foram votados pela Comissão de Sistematização.

Como o senador Jamil Haddad (PSB-RJ), que encaminhou à Comissão de Sistematização uma emenda propondo a realização de um plebiscito para referendar todo o texto constitucional, após sua promulgação, mais 423 constituintes encaminharam à Comissão proposição neste sentido. Em todas as fases da Assembleia Nacional Constituinte, até hoje, já foram encaminhadas 424 emendas propondo plebiscitos, seja para temas específicos ou para toda a Constituição. Deste total, 128 tiveram parecer favorável dos relatores de comissões e subcomissões pelo seu acatamento, mas no projeto final, aprovado na Comissão de Sistematização, vingaram apenas 2 que tratam do desmembramento e criação de novos estados e municípios.

Desde o início o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) se posicionou contrário à tese do plebiscito, seja para temas específicos, como o sistema de governo, ou para aprovação da nova Constituição. Na opinião do relator, a consulta através de plebiscitos retira dos parlamentares os poderes constituintes com que foram eleitos. "Mesmo porque, esta é uma estratégia esperta dos partidos que não têm votos no plenário para aprovar o texto que desejam", observou há cerca de três meses, quando anunciou sua disposição de dar parecer contrário aos projetos de Resolução apresentados sobre o assunto.

Divididos por conveniências e interesses, resta esperar até o final da Constituinte para saber se os constituintes realmente acreditam na necessidade de uma consulta popular para definir temas ou toda a nova Constituição.

## TSE sem verba para consulta

VERA ARAUJO  
Da Editoria Nacional

Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral organizar um possível plebiscito no País, caso o Congresso Nacional resolva levar a Constituinte, ou alguns artigos, ao referendo da população. Uma regulamentação especial teria que ser elaborada pelos ministros do Tribunal, uma vez que o Código Eleitoral não prevê a realização de plebiscito.

Como este tipo de votação não é matéria eleitoral, o orçamento do TSE não inclui gastos com plebiscito. Toda a despesa correria por conta do Poder Executivo. Os gastos não seriam pequenos, uma vez que a eleição passada, para a escolha dos constituintes, sangrou os cofres do TSE em Cz\$ 1,33 bilhão ou quase três vezes o orçamento global da Justiça Eleitoral em 86, que foi de Cz\$ 595.783 milhões.

Levando-se em conta a inflação dos dois anos que separam a data da última eleição e o possível plebiscito do ano que vem, os recursos ainda são imprevisíveis. Os gastos com uma votação que não envolve candidatos, mas apenas a aprovação ou não de uma consulta são menores, mas o Tribunal não tem condições de calcular quanto o Executivo gastaria.

O orçamento do TSE para 88 prevê recursos no valor de Cz\$ 410 milhões para a cobertura dos gastos com as eleições municipais marcadas para novembro do ano que vem, de acordo com a atual legislação. Enquanto a nova Constituição não for promulgada os ministros procuram não discutir a hipótese de organizar eleições gerais ou presidenciais ainda em 88.

Assessores do Tribunal acham mais viável que o Congresso, caso resolva realizar um referendo popular, procure marcar a data de 15 de novembro quando serão realizadas eleições para prefeitos e vereadores em todo o Brasil, como forma de baratear os custos.

Levar 70 milhões de eleitores às urnas representa arremeter um batalhão de juizes, membros de juntas apuradoras, mesários, além de urnas e material de apoio.

Os 7 ministros do TSE, ao se reunirem para baixar as normas regulamentares do plebiscito, certamente vão consultar as determinações elaboradas antes da realização do referendo de 63, que derrubou, por quase 9,5 milhões de votos contra pouco mais de 2 milhões o parlamentarismo no País. Naquela época, votaram 12.286.175 pessoas, de um eleitorado de 18.565.277. 76,97% disseram não ao parlamentarismo, determinando a volta ao presidencialismo, dando plenos poderes a João Goulart.

Muitas das decisões baixadas para disciplinar a consulta plebiscitária de 63 foram baseadas no Código Eleitoral e na Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Houve propaganda política, cédula de votação, urnas, mesas, a exemplo das eleições.

## Carneiro: Em 63 houve corrupção

Janeiro de 1963. O povo brasileiro vivia o segundo ano de uma experiência inédita de parlamentarismo, implantado às pressas em 1961 para garantir a posse do presidente João Goulart. Levada por uma espetacular campanha cujo único slogan era "abaixo o parlamentarismo", sem explicar em que consistia a diferença entre os dois regimes, a população disse "Sim" à volta ao presidencialismo, num processo de consulta popular contestada até hoje. Menos de um ano depois os militares deram o golpe que depôs Jango.

Quem viveu de perto a única experiência plebiscitária ocorrida no Brasil, exatamente para definir qual o melhor sistema de governo para o País, traz ainda amargas recordações sobre o episódio e coloca em dúvida a validade da consulta. Contrário à tese defendida hoje pelos governadores, o presidente da Frente Parlamentarista na Constituinte, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), lembra que o presidente João Goulart governou bem durante dois anos, depois, estimulado por alguns, quis fazer o tal plebiscito contra a Constituição, para restabelecer o presidencialismo, acabou sendo a primeira vítima do processo.

Plebiscito no Brasil eu só assisti a um, e foi uma grande fraude — conta Nelson Carneiro — o povo foi envolvido numa derrama de dinheiro, no maior espetáculo de corrupção já havido no País.

O líder do PSB no Senado, Jamil Haddad, confirma que o plebiscito de 63 foi promovido às custas de muito dinheiro para garantir o retorno ao presidencialismo. Ele conta, inclusive, que o Banco Nacional de Minas Gerais, do ex-governador mineiro Magalhães Pinto, participou da campanha com uma soma muito alta de dinheiro. "Coincidentemente, na época do golpe Magalhães Pinto desceu com as tropas mineiras para ajudar a derrubar o Jango".

Em abril de 1964, ainda sob o impacto do golpe de 31 de março, o parlamentarista e hoje presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) Barbosa Lima Sobrinho conseguiu publicar um artigo assinado em um jornal contestando a validade do plebiscito de 63. Neste artigo ele questiona até onde o "NÃO" ao parlamentarismo representou mesmo uma convicção íntima do eleitor consultado, uma vez que não se conheceu o limite e a influência da publicidade, nem os algoritmos exatos das despesas feitas contra o "SIM".

Confesso que me desencantei com o plebiscito desde que presenciei o ar festivo com que se fez sua propaganda. Manifestantes viajavam contentes como romelros por todo o País, berrando "abaixo o parlamentarismo", mas se o regime fosse tão ruim assim, não haveria necessidade de se gastar tanto dinheiro para a sua extinção — denunciara Barbosa Lima Sobrinho à época.

Hoje, a pergunta que os constituintes defensores do parlamentarismo fazem entre si, é carregada da mesma dúvida. Os que defendem a manutenção do presidencialismo, quase todos no governo, não estariam dispostos a colocar em funcionamento a máquina do Estado para garantir um resultado favorável? Hoje o povo só conhece o presidencialismo imperial que aí está há 98 anos, não conhece as diferenças e vantagens do parlamentarismo e poderia facilmente ser influenciado, alerta o senador Nelson Carneiro. (M.L.)

## O QUE PENSA O POVO

Seria bom um plebiscito para escolha do novo sistema de governo? O povo estaria interessado em referendar a nova Constituição a ser promulgada no próximo ano? Essas questões foram colocadas pela equipe do CORREIO BRAZILIENSE e as respostas mostram que o povo está dividido: 50 por cento apóiam o

plebiscito e a outra metade, acha que o brasileiro não está ainda preparado para decidir qual é o melhor sistema de governo. Quanto à aprovação da nova Constituição, a resposta é quase unânime: o povo acha necessário um plebiscito para aprovar ou não a Carta.



**Sandra Lúcia Teixeira**, 28 anos, estudante, reside em Brasília:  
"O povo não está preparado para optar sobre sistema de governo no Brasil. O povo ainda não sabe o que quer. Acho que a grande maioria nem sabe o que é parlamentarismo. Acho que também não é válido um plebiscito para aprovação ou não da nova Constituição. Seria dinheiro jogado fora caso um plebiscito fosse feito".



**Roberto Willian**, 24 anos, estudante, reside em Brasília:  
"O plebiscito, na minha opinião, seria válido se o povo fosse esclarecido. Os brasileiros não são. A participação consciente da comunidade, na área da política, é pequena. Os políticos manipulam o povo conforme querem. Se houver plebiscito, vai ganhar o sistema de governo que os políticos mais fortes econômica e politicamente quiserem".



**Fernando Tavares de Almeida**, 30 anos, Funcionário Público, reside em Brasília:  
"Não é preciso plebiscito para escolha do sistema de governo e nem para aprovação ou não da nova Constituição. O povo escolheu seus representantes para fazerem a nova Constituição e decidirem sobre as principais questões políticas, como a escolha do sistema de governo".



**Concelção Maria Lima de Souza**, 26 anos, gerente, reside em Brasília:  
"Acho que deve haver um plebiscito para definição do sistema de governo a ser implantado no País. Seria uma forma bem democrática de escolha, com a participação direta do povo. Na minha opinião seria bom, também, que junto com o plebiscito sobre o sistema de governo, o povo manifestasse se apóia ou não a nova Constituição".



**Fernando Brito**, 19 anos, vendedor, reside em Brasília:  
"O povo deve participar diretamente das decisões do País, por isso seria bom haver um plebiscito para aprovação da nova Constituição e também para definição do novo sistema de governo. Duas questões resolvidas de uma só vez e pelo povo. Mesmo que saia caro, acho que vale a pena".



**Risoleta Almeida**, 45 anos, dona-de-casa, reside em Brasília:  
"Acho que o povo não sabe o que é parlamentarismo nem sabe direito o que é presidencialismo. Sendo assim, o plebiscito não daria idéia exata sobre qual o melhor sistema de governo a ser implantado no Brasil. Muita gente não sabe nem o que é plebiscito. O povo, de modo geral, não está preparado para este tipo de escolha".



Carneiro: povo ainda não conhece parlamentarismo